

Relatório

Registo de descrição

Data relatório

2024-05-07

Registo

PT/AUC/AC/PJCBR - Polícia Judiciária de Coimbra

Nível de descrição	F
Código de referência	PT/AUC/AC/PJCBR
Tipo de título	Formal
Título	Polícia Judiciária de Coimbra
Título paralelo	PJ
Datas de produção	1945-10-20 - 1973
Dimensão e suporte	401 u.i.; papel
Entidade detentora	Arquivo da Universidade de Coimbra
Produtor	Polícia Judiciária
Destinatário	Polícia Judiciária
História administrativa/biográfica/familiar	<p>A Polícia Judiciária teve a sua origem mais remota no Corpo da Polícia Civil criada por D. Luís, por Decreto de 2 de julho de 1867, publicado a 8 do mesmo dia e ano, na dependência da Justiça do Reino, "cujos comissários, enquanto oficiais da polícia judicial, teriam a seu cargo descobrir os crimes ou delitos ou contravenções, coligir provas e entregar os criminosos aos tribunais".</p> <p>Em 1927, o Decreto 14.657, de 5 de dezembro, transferiu para o Ministro da Justiça e dos Cultos os Serviços da Polícia de Investigação, situação esta que se tem mantido inalterável até aos dias de hoje, sendo considerada um órgão de coadjuvação das autoridades Judiciais, Magistratura Judicial e Ministério Público.</p> <p>A reestruturação geral da Polícia em Portugal, através do Decreto-lei nº. 35.042 de 20 de outubro de 1945, é criada a Polícia Judiciária, sob a direção de um Juiz de Direito, organicamente integrada no Ministério da Justiça, em substituição da Polícia de Investigação Criminal (PIC).</p> <p>"A Polícia Judiciária é um corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça. É um serviço central da administração directa do Estado, dotado de autonomia administrativa."</p> <p>Tem por principal missão "efectuar a investigação dos crimes e descobrir os seus autores, procedendo à instrução preparatória dos respectivos processos e promover ações de prevenção da criminalidade, essencialmente da criminalidade habitual".</p>
História custodial e arquivística	<p>Em cumprimento de determinação da Direção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, assinada pelo Inspetor das Bibliotecas e Arquivos, a documentação proveniente da Inspeção de Coimbra da Polícia Judiciária, foi incorporada no AUC entre 16 de maio e 1 de agosto de 1969.</p>
Âmbito e conteúdo	<p>O acervo é constituído por documentação com funções-meio, nomeadamente: gestão financeira, patrimonial de recursos humanos e documentação com funções-fim, concretamente: registo de cadastrados, queixosos e arguidos, registo de ocorrências e participações, processos sumários e de investigação, entre outras.</p>
Sistema de organização	<p>O fundo foi classificado em séries documentais de acordo com a tipologia dos atos administrativos. Estas encontram-se ordenadas alfabeticamente, estando as unidades de instalação ordenadas cronologicamente dentro de cada série.</p>
Condições de acesso	<p>É vedada a consulta a esta documentação, salvo mediante autorização escrita do dirigente do organismo que tutela o produtor da documentação ou da Direção de Serviços de Planeamento, Qualidade e Avaliação do referido organismo.</p>
Cota descritiva	Dep. VI-2ª D e E
Idioma e escrita	Português
Instrumentos de pesquisa	Inventário e recenseamento das unidades de instalação.
Unidades de descrição relacionadas	<p>Antecessora: PT, AUC , Polícia de Investigação Criminal de Coimbra (F). Código de referência:PT/AUC/AC/PICC.</p> <p>Completiva: PT, AUC, Governo Civil de Coimbra(F). Código de referência:PT/AUC/ACD/GCC.Antecessora: PT, AUC , Polícia de Investigação Criminal de Coimbra* (F). Código de referência:PT/AUC/AC/PICC.</p>

* Este fundo reúne a documentação pertencente ao extinto "Corpo de Polícia Civil"; "Polícia Cívica"; "Polícia de Investigação" antecessoras da Polícia de Investigação Criminal de Coimbra.